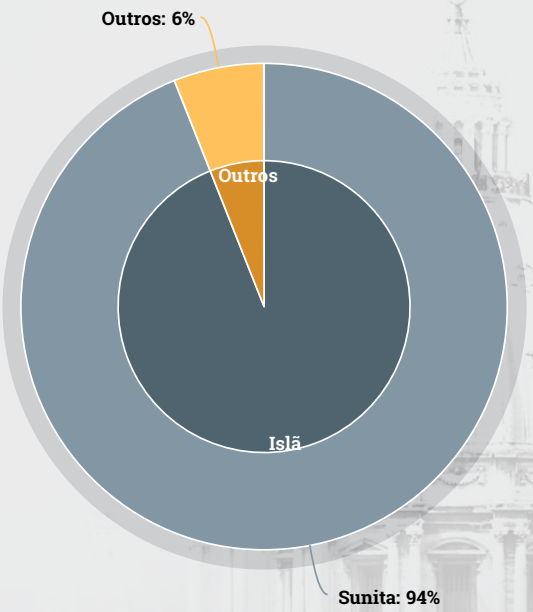
Djibuti

Área
23.200 km²

População
828.324
jul/2015

Política
Autocracia

Língua(s)
Francês
Árabe
Samali
Afar



DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

A sociedade do Djibuti e o Islamismo estão estreitamente interligados do ponto de vista político-institucional, mais ainda do que está previsto na Constituição original de 1992. Na primeira frase do artigo 1º da Constituição original, o Djibuti descreve-se como uma "república democrática". Esta versão foi, no entanto, revista em 2010. O preâmbulo começa agora com as palavras "Em nome de Deus Todo-Poderoso"[1] e o artigo 1º começa por declarar que "o Islamismo é a religião do Estado".

Apesar disso, são concedidas algumas liberdades fundamentais a outras religiões. Segundo os artigos 1º e 3º da Constituição, todos os cidadãos são iguais, "sem distinção de língua, origem, raça, sexo ou religião". Em ambas as versões da Constituição: "É proibido [aos partidos políticos] identificarem-se com uma raça, uma etnia, um sexo, uma religião, uma seita, uma língua ou uma região" (artigo 6º). O artigo 11º garante a cada pessoa "o direito à liberdade de pensamento, consciência, religião, culto e opinião, no respeito pela ordem estabelecida pela lei e pelos regulamentos".[2]

Em teoria, a Constituição não proíbe explicitamente o proselitismo, nem as leis preveem sanções para os que não seguem as normas islâmicas, ou professam a sua crença em outras religiões. Ainda assim, tem havido relatos frequentes de convertidos que por vezes enfrentam consequências, incluindo discriminação no local de trabalho e mesmo violência física. Os representantes das denominações cristãs também relatam o vandalismo do exterior das igrejas por indivíduos e atos de destruição de propriedades da Igreja.[3]

Uma lei aprovada em outubro de 2012 deu ao Ministério dos Assuntos Islâmicos amplos poderes sobre as mesquitas do país e sobre o conteúdo das orações públicas. A autoridade do ministério abrange assim todos os assuntos islâmicos, desde as mesquitas às escolas confessionais privadas (sobre as quais o Ministério da Educação também tem jurisdição) e aos eventos religiosos.[4] Além do sistema do país de escolas públicas seculares, há também cerca de quarenta escolas islâmicas privadas no Djibuti.[5]

O Alto Conselho Islâmico do ministério pode emitir declarações oficiais sobre todas as questões relacionadas com os Muçulmanos. Esta entidade é também encarregada de coordenar todas as organizações não-governamentais islâmicas (com o Ministério dos Negócios Estrangeiros coordenando as organizações não islâmicas). Por tradição, o presidente do país e outros funcionários públicos (incluindo magistrados)

[1] https://www.constituteproject.org/constitution/Djibouti_2010.pdf?lang=en

[2] *Ibidem.*

[3] Departamento de Estado Norte-Americano: Relatório da Liberdade Religiosa Internacional 2014

[4] *Ibidem.*

[5] *Ibidem.*

fazem um juramento religioso quando tomam posse. Contudo, os que optam por não fazer um juramento não são sujeitos a sanções especiais.[6]

Os códigos legislativos do Djibuti também contêm elementos da lei islâmica. Os tribunais islâmicos resolvem assuntos da lei civil e familiar aos Muçulmanos. Estes tribunais aplicam a lei islâmica juntamente com a lei civil.[7]

Para os não muçulmanos, os assuntos de família são referenciados para tribunais civis geridos pelo Estado. Por isso, são autorizados os casamentos civis destas pessoas, bem como de estrangeiros. Os casamentos religiosos não islâmicos não são reconhecidos.[8]

Todas as organizações estrangeiras e organizações locais não muçulmanas são obrigadas a registar-se junto do Ministério do Interior. O ministério inicia uma investigação assim que recebe um pedido de registro. As organizações muçulmanas estrangeiras ou nacionais que devem registrar-se junto do Ministério dos Assuntos Islâmicos são poupadas a este procedimento, que muitas vezes é longo e repleto de ineficiência. Os grupos religiosos estrangeiros são obrigados a submeter um segundo pedido de registro ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. Se este pedido for concedido, é então assinado um acordo que enumera as atividades do grupo. O acordo mantém-se em vigor durante cinco anos.[9]

INCIDENTES

Durante o período deste relatório, o Governo alegadamente negou por repetidas vezes o registro estatal de grupos não islâmicos que o solicitaram, incluindo católicos, protestantes, e cristãos ortodoxos gregos e etíopes. Em alguns casos, várias comunidades religiosas que não se registraram, como congregações protestantes etíopes ou muçulmanas, trabalharam sob a égide de outras comunidades registradas. Comunidades menores, como as Testemunhas de Jeová ou a comunidade Bahá'í, realizaram o seu trabalho em segredo e sem registro.

Nos últimos anos, o Djibuti tem-se tornado cada vez mais um paraíso para refugiados que fogem da guerra no Iémen, que se localiza a cerca de 20 ou 30 km para lá do Estreito de Bab-el-Mandeb. Com os seus meios muito limitados, a Igreja Católica no Djibuti está tentando dar apoio ao pequeno rebanho de crentes no Iémen.[10]

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

Embora as principais potências vejam o Djibuti como uma âncora de estabilidade numa região problemática, na realidade há muitas pessoas que sofrem com a falta de liberdade política neste pequeno país da África Oriental. A família do presidente Ismail Omar Guelleh em exercício tem estado no poder desde que o país obteve a sua independência da França em 1977. Guelleh foi eleito para um quarto mandato nas eleições de abril de 2016. Os candidatos da oposição tiveram muito poucas hipóteses. A situação da liberdade de imprensa no país também é difícil. A organização não-governamental Repórteres Sem Fronteiras acusou o Governo de prender jornalistas da BBC e de mandá-los para o exílio. O Djibuti está na base do ranking das ONG: em 180 países, está em 170º lugar.[11] A abordagem restritiva e em alguns aspectos discriminatória para com as comunidades religiosas não islâmicas coloca consideráveis constrangimentos às possibilidades de estas comunidades proclamarem a sua fé.

[6] *Ibidem.*

[7] *Ibidem.*

[8] *Ibidem.*

[9] *Ibidem.*

[10] http://de.radiovaticana.va/news/2015/04/10/jemen_tausende_afrikanische_fl%C3%BCchtlingen_sitzen_fest/1135807

[11] http://www.dw.com/de/dschibuti-kein-machtwechsel-in-sicht/a-19168501